

A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação*

Maria Salet Ferreira Novellino**

Tradicionalmente, a representação e a recuperação da informação têm sido instrumentalizadas por linguagens formalizadas as quais se fundamentam numa concepção referencial da linguagem. Propõe-se a construção de uma linguagem formalizada que tenha uma concepção comunicacional da linguagem, baseando-se na filosofia da linguagem ordinária e na pragmática.

1 Introdução

137

Uma das atribuições da ciência da informação é construir teorias e elaborar métodos para a transferência da informação, fundamentando o estabelecimento de canais formais para a comunicação da informação. A ação de transferência da informação engloba representação, recuperação e comunicação. Tradicionalmente, porém, ênfase maior é dada à representação.

Representação da informação é a substituição de uma entidade linguística longa e complexa - o texto de um documento - por sua descrição abreviada. Sua função é demonstrar a essência do documento. A representação da informação é um processo primeiro da transferência da informação e necessário para enfatizar o que é essencial no documento, considerando sua recuperação. O problema que se apresenta é que, de acordo com o ponto de vista tradicionalista, este processo é visto isolado do contexto no qual a ação de transferência da informação se insere; a ele é dada uma autonomia cuja consequência é a sua alienação do processo total de comunicação da informação.

Em contraposição a esta concepção, propõe-se uma revisão do conceito *comunicação da informação* passando, então, a compreender a transferência da informação não mais como a mera implementação de técnicas, mas como uma ação abrangendo representação, recuperação e comunicação da informação, as quais passariam a ser vistas como ações conectadas não só entre si mas, também, e principalmente, com os contextos institucional e social nos quais ocorrem.

Entende-se a transferência da informação como uma intervenção¹ em determinadas ações comunicativas que se dão entre produtores e consumidores de

* Este trabalho é parte da pesquisa desenvolvida no Programa de Doutorado em Ciência da Informação da ECO/UFRJ-IBICT/CNPq e foi originalmente apresentado no VII Congresso da Associação de Estudos da Linguagem (ASSEL-Rio) no Rio de Janeiro, em outubro de 1997.

** Doutoranda em Ciência da Informação ECO/UFRJ-IBICT/CNPq

¹ Intervir no sentido de colocar-se entre por iniciativa própria.

informação. As ações comunicativas² podem se realizar: (a) mediante a relação entre falante e ouvinte; (b) entre imagem e aquele que vê/assiste; (c) entre texto e leitor. Intervir significa criar mecanismos de representação e recuperação da informação para garantir que a comunicação entre esses atores ocorra efetivamente.

De acordo com esta visão, a transferência da informação é um ato social para o qual o reconhecimento do contexto é fundamental. O significado de cada informação não é estabelecido previamente por quem organiza, mas vai sendo estabelecido durante o processo de comunicação, havendo um sentido partilhado de valor, considerando-se, não apenas a essência ou o conteúdo da informação mas, também, seus contextos de produção e os possíveis contextos de uso.

2 Linguagem: de meio de representação a meio de comunicação

A ação de transferência da informação depende de linguagens formalizadas que facilitem a comunicação entre produtores, organizadores e usuários da informação.

As linguagens formalizadas que vêm sendo construídas para esse fim são linguagens de representação. Este trabalho tem como finalidade estabelecer fundamento teórico para linguagens formalizadas centradas na comunicação da informação. A diferença básica entre uma linguagem e outra é que a primeira considera exclusivamente a essência de cada informação analisada. A segunda considera os contextos de produção e de uso da informação, que é uma forma de aproximar uma linguagem formalizada da linguagem de uso ordinário.

2.1 A linguagem como meio de representação: linguagens documentárias

As linguagens formalizadas de representação mais utilizadas em sistemas de informação são as linguagens documentárias. De acordo com CINTRA³,

"as LD são instrumentos intermediários, ou instrumentos de comutação, através dos quais se realiza a 'tradução' da síntese dos textos e das perguntas dos usuários... A formalização das perguntas dos usuários é feita em linguagem do próprio sistema. É por esta razão que as LD podem ser concebidas como instrumentos de comunicação documentária."

Mas, como afirma MUCCHIELLI⁴

"... em toda comunicação há um processo de construção de sentido que se desenvolve. Diz-se agora (contrariamente ao que deixa entender o antigo modelo Emissor-Receptor) que o sentido não é dado no início da 'mensagem'. A significação, que nasce de um 'processo de valorização' é diferente do sentido de base. Segundo os linguistas, os diferentes contextos participam da construção da significação. Vão intervir o contexto externo e social, que gera as significações e o contexto expressivo individual, que gera o estilo pessoal. Os 'valores', no sentido da semântica, são as associações contextuais que precisam o sentido das palavras."

As linguagens documentárias são elaboradas ou construídas a partir de

² De acordo com Ingran, D. Habermas e a dialética da razão. Brasília:UnB, 1987. p.32, a ação comunicativa é um aspecto da vida social que corresponde à linguagem: o estabelecimento, pela comunicação, de um sentido compartilhado de significação e valor.

³ Cintra, A.M.M. et al. Para entender as linguagens documentárias. São Paulo: Polis, 1994. p.23

⁴ MUCCHIELLI, Alex. Les sciences de l'information et de la communication. Paris: Hachette, 1995. p.114

termos que ocorrem em determinados recortes da literatura científico-tecnológica. Eles são isolados de seu contexto de ocorrência, seja do texto onde aparecem, seja da conjuntura na qual sua produção se insere, de forma que cada um deles tenha uma definição própria, numa tentativa de afastar a ambigüidade entre os termos.

As linguagens documentárias têm uma concepção referencial da linguagem, segundo a qual, esta tem como função designar objetos, pessoas, eventos, estado de coisas etc. As palavras seriam então como etiquetas colocadas nas coisas referidas. De acordo com essa perspectiva, os problemas da linguagem resumem-se ao fato de se empregar vários nomes para designar um mesmo objeto e de utilizar-se um mesmo nome para designar objetos diferentes. Esta plurivocidade seria uma deficiência das linguagens naturais, tornado-as impróprias para formulações unívocas do conhecimento científico⁵.

A concepção referencial é característica da filosofia da linguagem tradicional, a qual tem uma visão representacionista da linguagem. Isto significa que a linguagem é vista como uma maneira de representar uma realidade que a ela pré-existe e que é considerada independente da própria linguagem. Para os filósofos tradicionais, a linguagem existe para se falar sobre as coisas, sendo que a relação entre linguagem e realidade resulta de uma convenção arbitrária associando as palavras e as coisas, e de uma semelhança natural associando as frases ao estado das coisas.

De acordo com a visão representacionista, a linguagem é essencialmente individual e a sua função comunicativa é considerada secundária. Ela é, pois, subjetiva, porque considera as convenções e regras lingüísticas como adquiridas intuitivamente e não como decorrentes de um processo de socialização; e individualista, porque se abstrai da sua função comunicativa e interativa⁶.

2.2 A linguagem como meio de comunicação: linguagens de transferência da informação

Por outro lado, propõe-se um novo modelo, ao qual denominou-se linguagens de transferência da informação, no qual enfatizou-se a linguagem como meio de comunicação. A linguagem de transferência da informação que se propõe é também uma linguagem formalizada, mas com objetivos e base teórica diversas das linguagens documentárias. A grande diferença entre filosofia da linguagem tradicional e filosofia da linguagem ordinária é que, para a primeira, o significado existe além da comunicação e para a segunda, o significado vai-se estabelecendo no processo de comunicação. É essa também a diferença entre linguagem documentária e linguagem de transferência da informação. A primeira representa o significado do texto e a segunda vai buscar o significado do texto considerando o processo de comunicação entre aquele que produz e aquele que pretende utilizá-la. Ela tem como diferença inicial o fato de se considerar que a ambigüidade ou a plurivocidade dos termos, ao invés de dificultar a comunicação ou, no caso, a transferência da informação, tornará possível agregar ao termo o sentido que é dado pela conjuntura na qual ele se insere: o texto e o contexto de produção do texto. A

⁵ RODRIGUES, Adriano Duarte. As dimensões da pragmática na comunicação. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. p.9-10

⁶ ALMEIDA, Guido Antonio de. Aspectos da filosofia da linguagem: contribuição para um confronto e uma aproximação entre filosofia e ciência da linguagem. In: SOUZA FILHO, Danilo Marcondes de (Org.). Significado, verdade e ação: ensaios de filosofia analítica da linguagem. Niterói: EDUFF, 1986. p.9-11

busca da não-ambigüidade tem, como consequência, definições unívocas que virão a empanar, a não deixar ver o significado que foi dado pelo autor e pelas circunstâncias nas quais autor e texto se inserem.

Tem havido, mais recentemente, um movimento de cientistas da informação no sentido de buscar, na filosofia da linguagem ordinária e na pragmática, bases de sustentação para uma nova maneira de ver a relação entre usuários e sistemas de informação. Como BLAIR⁷, que foi buscar na teoria dos atos ilocucionários de Austin e Searle, na teoria da conversação de Grice e na filosofia da linguagem ordinária de Wittgenstein, fundamentos para a sua pesquisa em recuperação da informação:

*"Tradicionalmente, a representação de documentos tem sido pensada primariamente como representando o conteúdo intelectual de documentos - sobre o que eles são. A teoria dos atos ilocucionários, quando aplicada à recuperação da informação, mostra que os documentos não têm somente um conteúdo, mas eles têm um uso - de fato, eles podem ter múltiplos usos..., e estes usos de um documento podem não ser inteiramente dedutíveis do texto deste documento."*⁸

Para ele, a linguagem tradicional de recuperação da informação *"perde muito da dimensão de comunicação inferencial e o reduz a um sistema de operações semânticas literais; assim, a maior parte das teorias de representação de documentos ou de indexação são implicitamente teorias de codificação."*⁹

BLAIR também vai buscar fundamentos para a recuperação da informação na filosofia da linguagem de Wittgenstein ressaltando que, dentre os parágrafos das Investigações filosóficas, há uma expressão que traduziria a essência do seu pensamento: *"o significado de uma palavra é o seu uso na linguagem."* (parágrafo 43). Em outro texto do mesmo filósofo, ele localizou a seguinte afirmação: *"Não começamos por certas palavras mas por certas ocasiões ou atividades"*. Essas citações de Wittgenstein, levantadas por Blair, justificariam o uso dessa filosofia como base para uma recuperação pragmática da informação.

Dessa forma, as linguagens de recuperação da informação, como a linguagem ordinária, devem buscar o significado das palavras nas atividades desenvolvidas dentre cada disciplina, pois não há uma maneira exclusiva de representar um documento, mas várias, baseadas nas atividades ou geradoras ou utilizadoras dos documentos.

Passa-se, então, a ter uma nova abordagem: a compreensão do texto como um todo, tendo como base a Pragmática, na qual a análise da informação passa a considerar, além do próprio texto, as suas condições de produção e consumo. A Pragmática considera não apenas regras para garantir a inteligibilidade de enunciados, mas leva em conta os contextos de produção, comunicação e uso da informação.

Para GOMEZ¹⁰, a leitura pragmática da informação é uma nova maneira de olhar os fenômenos e processos da informação, na qual se enfatiza os processos e não os produtos:

⁷ BLAIR, D. C. Information retrieval and the philosophy of language. *The Computer Journal*, v.35, n.3, p.200-207, 1992.

⁸ Idem p.202

⁹ Idem

¹⁰ GOMEZ, Maria Néida González de. Comentários ao artigo "Hacia un nuevo paradigma en Bibliotecología". *Transinformação*, v.8, n.3, p.44-56, set./dez. 1996. p.50-51.

"Nós pensamos que a Pragmática nos oferece um caminho para apreender os fenômenos e processos de informação como processos sociais, cognitivos e comunicacionais, onde a prática e a ação de informação (o informar, informar-se e o ser informado), constroem a informação e estabelecem novas redes relacionais de semelhanças e diferenças ... E tudo isto porque o enfoque pragmático permite superar um limite que era 'transladado' da lógica e da linguística para os estudos da informação: ter como unidade de análise o enunciado ou a proposição e não os textos, os discursos, a conversação, os jogos de linguagem."

GOMEZ¹¹ define pragmática de informação como as "estratégias de geração e uso da informação em contextos acionais concretos, agenciadas por sujeitos/interlocutores que mantêm entre si relações sociais e comunicativas."

De acordo com esta perspectiva, a informação passa, então, a ser analisada no quadro de seus contextos situacionais e acionais. Os contextos situacionais compreendem o cenário social das instituições e os ambientes do dia-a-dia, com suas regras específicas e suas rotinas intelectuais próprias.

Compreendendo a língua como ação, o contexto acional diz respeito ao uso da língua como ação intencional: o falante tem intenções específicas e pretende que elas sejam reconhecidas. Portanto, a transmissão de intenções particulares fica subordinada a uma intenção geral de comunicação. Os atos de fala são ações intencionais sujeitas às condições de comunicabilidade: as ações linguísticas dos outros falantes que participam da situação comunicativa são o contexto de produção do discurso do indivíduo.

A base de sustentação teórica deste trabalho está na filosofia da linguagem ordinária e na pragmática e em seus teóricos: Wittgenstein, Austin e Searle.

Wittgenstein

WITTEGENSTEIN revolucionou o pensamento filosófico ao negar a separação entre pensamento e linguagem, ao colocar que não há uma essência da linguagem mas que ela é regulada pelo uso, o qual é imposto pelo modo de vida dos homens e que a linguagem é instrumento da ação comunicativa, que é realizada através de jogos de linguagem .

O jogo de linguagem é parte da forma de vida dos indivíduos, pois ele é primariamente praticado no contexto social em que nós, falantes, vivemos. As palavras não podem ser entendidas fora do contexto das atividades humanas não-linguísticas nas quais o uso da linguagem está entrelaçado: as palavras, mais seus comportamentos circundantes, fazem o jogo da linguagem.

O jogo de linguagem é uma combinação de palavras, atitudes e formas de comportamento, compreendendo o processo de uso da língua em sua totalidade. É através de jogos de linguagem que os indivíduos aprendem na infância a usar certas palavras e expressões. Na realidade, o que o indivíduo aprende não é pura e simplesmente uma palavra ou expressão, mas um jogo de linguagem completo, isto é, como usar determinada expressão linguística em um contexto determinado para obter certos fins. Um jogo de linguagem é uma forma de atividade social, parte de

¹¹ Idem p.54

¹² HACKER, P. N. S. Insight and illusion: themes in the philosophy of Wittgenstein. Oxford: Clarendon, 1986.

KENNY, A. Wittgenstein. Cambridge, Mass.: Cambridge University Press, 1981.

WITTEGENSTEIN, L. Investigações filosóficas. São Paulo: Abril, 1984.

uma *forma de vida*. Ao se usar a linguagem, está-se agindo em um contexto social, e nossos atos são significativos e eficazes apenas na medida que correspondem às determinações destas formas de vida (práticas e instituições sociais). Em seu uso de linguagem, os falantes seguem regras, não apenas lingüísticas, mas, sobretudo, pragmáticas. Estas regras devem ser compreendidas não apenas como possibilitando a ação e expressão do indivíduo, mas também como permitindo sua interpretação dos diversos universos de discurso de que participa. O significado das expressões não depende essencialmente das intenções dos falantes, mas, na verdade, as intenções são formadas e tornadas possíveis, elas próprias, a partir dos hábitos, práticas e instituições de uma comunidade lingüística. O conhecimento de uma língua, a competência lingüística, a capacidade de participar de jogos de linguagem formam, então, o horizonte de nossa visão de realidade, o pano de fundo de nosso comportamento, tanto do ponto de vista de nosso agir, quanto do ponto de vista de nossa capacidade de interpretar o significado dos atos dos outros membros da comunidade e da maneira pela qual se relacionam a nós.

Segundo Wittgenstein, as expressões lingüísticas têm significado apenas nos diferentes jogos de linguagem que são formações complexas de linguagem e ação. Estas expressões possuem uma gramática encontrada nesses jogos de linguagem, isto é, estas atividades compreendendo um jogo de linguagem, obedecem a regras. Ao aprendermos uma língua, engajamo-nos em práticas sociais estabelecidas e compartilhamos de critérios determinados para sua realização. Estas são, portanto, habilidades adquiridas, práticas aprendidas; sendo que a relação interna entre a língua e a prática fica evidente na própria situação de aprendizado, na própria aquisição da linguagem. Torna-se, pois, necessário, interpretar as estruturas de nossa existência diária para compreender como o comportamento pode ser significativo. Estas estruturas devem ser consideradas estruturas de jogos de linguagem e não da consciência. A linguagem existe apenas como comunicação e enquanto transmitida, e são as condições desta comunicação e transmissão e suas implicações que devem ser esclarecidas.

As regras do jogo dizem respeito não somente aos signos lingüísticos, mas, também, aos participantes da linguagem, aos objetos, às ações, ao contexto. Portanto, considerar o significado das expressões nos jogos de linguagem é considerá-lo do ponto de vista do modo de uso, isto é, como parte natural das ações humanas. O jogo de linguagem liga convencionalmente a expressão ao contexto no qual ela é proferida, fixando, assim, o modo específico de sua aplicação. Um significado de uma expressão pode ser assim considerado como sendo seu modo de uso, determinado pelas regras de um jogo de linguagem.

O uso da linguagem, no sentido dado por Wittgenstein, implica no domínio e uso de regras, pois a aplicação correta de um termo significa que se age de acordo com as regras estabelecidas pelo contexto de sua aplicação. A negligência de tais regras contraria o seu uso apropriado no contexto determinado, podendo tornar sua aplicação sem sentido.

A possibilidade de agir de acordo com as regras caracteriza que um participante tem a compreensão do jogo. Compreender torna-se, então, a expressão de uma capacidade, uma técnica que nada requer além de sua própria performance. Aquele que compreende as regras do jogo deve ser capaz de elucidá-las. Para tal,

qualquer elucidação pode ser fornecida, seja através de exemplos, definições, atitudes ou ações.

Saber ou compreender o significado nada mais é senão elucidar este poder. Todo saber deve poder ser explicitado, não havendo, para tal, explicitações mais ou menos precisas; todo o processo de uma elucidação irá depender do próprio contexto. Aquele que participa de um jogo segue suas regras e, neste caso, sua performance é a expressão de seu saber; nada que corresponde a uma tal compreensão permanece oculto. Toda elucidação pode igualmente ser ambígua e mal sucedida, porém, a possibilidade de se fracassar ao elucidar as regras de uso de um termo não fornece uma justificativa para que se duvide da possibilidade de tal uso. Todo significado pode suscitar dúvidas, o que, contudo, não o suprime. Podem se esgotar nossas elucidações e, assim, persiste a possibilidade de novos mal-entendidos. Esta margem de indeterminação faz parte da linguagem e não compromete a possibilidade do discurso significativo, ou seja, de sermos capazes de aplicar expressões de acordo com as regras de uso das mesmas. Faz parte do próprio uso de regras, acertos e erros.

O agir de acordo com regras não deve ser tomado por um agir uniforme; suas regras não são fixas, mas variam de acordo com a prática dos jogos que o determina. Possui, por conseguinte, as mais diversas formas de expressão, tantas quantos forem nossos usos possíveis da linguagem. Nossa compreensão de um agir não supõe nada além da própria capacidade de expressá-lo ou elucidá-lo, ainda que nossas elucidações estejam sujeitas à ambigüidade e ao erro. Não há paradigma ideal para nossas elucidações ou para o próprio uso de regras. A diversidade das regras se estende até onde pode ser estendida a nossa prática da linguagem.

Resumindo, agir segundo regras significa: (a) que é uma praxis; (b) que a compreensão das regras é atribuída àquele cuja performance condiz com as mesmas; (c) que o próprio agir é o critério pelo qual se reconhece o uso correto das regras; (d) quem compreende as regras de uso de uma expressão deve ser capaz de elucidá-las.

Austin

Primeiramente, Austin estabeleceu uma distinção entre proferimentos constatativos e performativos.

O proferimento constatativo serve para enunciar um ato, isto é, para constatar, descrever ou relatar. A possibilidade de ser verdadeiro ou falso é sua característica essencial.

Um proferimento performativo é caracterizado pelo fato de que o proferimento lingüístico é, ele próprio, a realização de um determinado ato. Tais proferimentos não relatam um fato exterior a eles, mas constituem, eles próprios, este fato. Por isso mesmo, não tem sentido perguntar se correspondem ou não a um estado de coisas por eles representados, ou seja, se são verdadeiros ou falsos.

Mas, a distinção performativo/constatativo está sujeita a um número bastante grande de dificuldades: os proferimentos constatativos também têm uma dimensão performativa, na medida que podemos dizer que o que estamos fazendo quando proferimos certas palavras é constatar, descrever, relatar, expor, narrar etc. e que esses atos se definem não só pelo modo como as palavras se referem às coisas

mas, também pela norma ou convenção que estabelece a forma e circunstância apropriadas de tais atos. Ou seja, não se pode distinguir os atos de constatar, descrever, expor, relatar etc., considerando apenas a relação entre a enunciação e o estado de coisas enunciado, isto é, sua verdade ou falsidade. É preciso levar em conta o modo como essa relação é estabelecida, e esse modo é definido por uma convenção. Os proferimentos constatativos são também atos de fala na medida em que têm um destinatário explícito ou implícito e, portanto, na medida em que servem para estabelecer um modo de interação ou comunicação entre o locutor e seu interlocutor. Por outro lado, os performativos podem ser avaliados na escala do verdadeiro e do falso¹³.

Posteriormente, o autor abandona esta visão dicotômica por uma outra, na qual os atos lingüísticos não seriam mutuamente excludentes mas poderiam ocorrer ao mesmo tempo. São esses atos:

1) O ato locucionário, que consiste no ato de dizer certas palavras pertencentes a uma determinada língua que seriam, assim, dotadas de um significado convencional, exibindo ademais uma determinada estrutura sintática e pronunciadas num certo tom de voz e entonação e veiculando um sentido e uma referência, de acordo com o contexto e a intenção do locutor.

2) O ato ilocucionário, que consiste no ato que se realiza ao se concretizar o ato locucionário, isto é, no ato de proferir uma palavra ou frase. Os atos ilocucionários podem ser explicitados através de um verbo performativo, que torna clara a força ilocucionária do proferimento, ou seja, a que equivale proferir tais palavras. Por isso mesmo, todos os proferimentos performativos são exemplos de atos ilocucionários. E, como se mostrou que os proferimentos constatativos têm uma dimensão performativa, também eles são exemplos de atos ilocucionários. Assim, numa constatação, por exemplo, pode-se distinguir a enunciação de uma frase do ato de constatar propriamente dito.

A situação contextual que envolve o proferir da frase constitui o que Austin chama de força ilocucionária. É ela que determina como a frase deve ser compreendida. O reconhecimento da força ilocucionária da frase possibilita a realização do ato ilocucionário que é, portanto, aquele que se realiza a partir do momento em que o ouvinte compreende como o que foi dito deve ser tomado, ou seja, que ato o locutor pretendeu realizar. Austin diz que os atos ilocucionários são atos convencionais, na medida em que a relação entre aquilo que o locutório diz e os seus efeitos se fundam em regras constituídas por relações sociais e formadas pela próprias circunstâncias interlocutivas. O ato ilocucionário exige a obediência a certas regras, que não se restringem apenas à gramática, mas que são contextuais. Para que certa frase seja significativa é preciso que o locutor leve em conta as condições em que ela será proferida.

Há duas fortes razões para se afirmar que no uso ilocucionário da expressão reside o aspecto mais relevante no que diz respeito à explicação de seu significado:

a) O significado é uma questão de convenção. Toda expressão dotada de um significado, tem esse significado, em virtude de regras ou de convenções...

¹³ ALMEIDA, G. A. de. Aspectos da filosofia da linguagem: contribuição para um confronto e uma aproximação entre filosofia e ciência da linguagem. In: SOUZA FILHO, D. M. de (Org.) *Significado, verdade e ação*: ensaios de filosofia analítica da linguagem. Niterói: EDUFF, 1986. p.7-30.

b) O significado é uma questão de intenção. A ligação que se dá entre significado e intenção decorre do fato de empregarmos a linguagem para nos comunicar, para exprimir determinados conteúdos e não outros. Para que a comunicação aconteça é necessário que dois eventos se sucedam: primeiro, que o locutor vise produzir um certo efeito sobre o ouvinte e, segundo, que o ouvinte reconheça ou perceba essa intenção. Se um desses aspectos não acontecer, a comunicação estará essencialmente prejudicada. Para que este duplo aspecto da comunicação se realize é indispensável o emprego de expressões significativas... Para se produzir um ato ilocucionário bem determinado é indispensável que o locutor vise produzir tal ato. Por outro lado, a perlocução produz seu efeito sobre o ouvinte de modo acidental. Por conseguinte, significado e ilocução estão intimamente associados à convenção e intenção, donde ser este aspecto da fala o que mais se aproxima do significado¹⁴.

c) Os atos perlocucionários consistem na obtenção de um determinado efeito no interlocutor através da execução de um ato locucionário ou ilocucionário, não em virtude de uma convenção que estabeleça uma equivalência, mas em virtude de uma consequência natural, ou causal. Atos perlocucionários são, por exemplo: assustar, intimidar, convencer, persuadir, dissuadir etc. Mesmo quando esses atos só podem ser realizados através de um meio lingüístico (assim só posso persuadir enunciando razões), a relação entre o meio lingüístico utilizado e o efeito perlocucionário visado é uma relação de meio e fim, portanto, uma relação instrumental que depende de um nexos causal. Ao contrário, a relação entre o meio lingüístico utilizado e o efeito ilocucionário visado é uma relação convencional, no sentido de que é uma convenção que estabelece a equivalência entre dizer e fazer.

Searle

Para Searle, o significado de uma sentença não é independente do contexto no qual é proferida. O significado de uma sentença somente tem aplicação em relação a um background de premissas e práticas que não são representáveis como uma parte do significado.

Para ele, o axioma que se precisa abandonar é aquele que diz que o significado literal de uma sentença determina uma série de condições de verdade. Com isto, ele quer dizer que o significado literal de uma sentença somente determina uma série de condições de verdade dada uma série de práticas e premissas. Para ele, estas premissas e práticas não são parte do conteúdo semântico da sentença e propõe, ainda, que se denomine a série de premissas e práticas que tornam possível a interpretação de *background*¹⁵.

De acordo com Searle, falar uma língua é realizar uma série de atos regido por regras. Esses atos são da seguinte natureza:

- atos de proferimento (*utterance acts*); são os atos que o locutor realiza ao articular a cadeia sonora;
- atos proposicionais (*propositional acts*); nesses atos, o locutor se refere a alguma coisa e predica uma expressão a esta coisa;

¹⁴ ALCOFORADO, P. A teoria da linguagem ordinária. In: SOUZA FILHO, D. M. (Org). Op.cit. p.41-57

¹⁵ SEARLE, J. R. *Speech act theory and pragmatics*. Dordrecht: D.Reidel, c1980. The background of meaning. p. 221-232

• atos ilocucionários (*illocutionary acts*). Searle distingue o ato ilocucionário de seu conteúdo proposicional. Como a mesma proposição, os conteúdos de atos ilocucionários podem ser distintos e a análise da proposição deve, também, ser distinta da análise dos atos ilocucionários¹⁶.

Searle procura explicar os atos de fala em termos de um sistema de regras constitutivas, estabelecidas no contexto de uma instituição social. Tais regras não são apenas as convenções sintáticas e semânticas do idioma usado pelo locutor mas, também, as regras que estipulam as condições em que o proferimento da frase tem o valor que tem. Os atos de fala, então, pressupõem sempre uma instituição social, isto é, uma maneira institucionalizada de proceder e o quadro da instituição social em que esse comportamento tem lugar¹⁷.

3 Conclusão

Considera-se que linguagens formalizadas são imprescindíveis para ações de transferência da informação (ou comunicação formal da informação), mas elas têm que refletir uma preocupação com o aspecto comunicacional e não representacional da linguagem.

Considera-se, ainda, que o fundamental em Wittgenstein é o princípio do jogo de linguagem. Em Austin, o ato ilocucionário, que é a expressão linguística em seu contexto de produção e de entendimento. Em Searle, a visão de que uma mesma proposição pode ser proferida em diferentes atos ilocucionários e o que se afirma é que usuários diferentes, com intenções de uso diferentes, podem usar expressões linguísticas semelhantes e o que permitirá visualizar essas diferenças serão não as proposições, mas os atos ilocucionários, as conjunturas de realização das proposições.

Language as a means of information representation or as a means of information communication

Traditionally, information representation and retrieval have been rendered in formalized languages based in a language referential conception. It is proposed a new kind of formalized language which has a conception of language as a means of communication. This language will be based in the ordinary language philosophy and in the pragmatics.

Recebido em 02/10/1998

¹⁶ Alcoforado.Op.cit

¹⁷ Almeida.Op.cit.